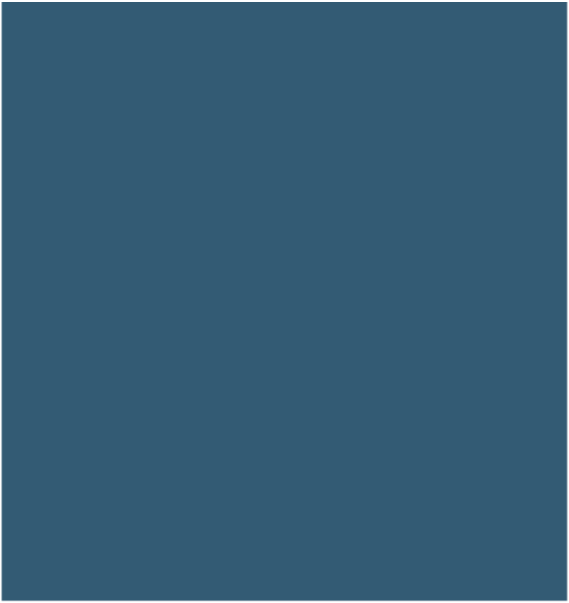
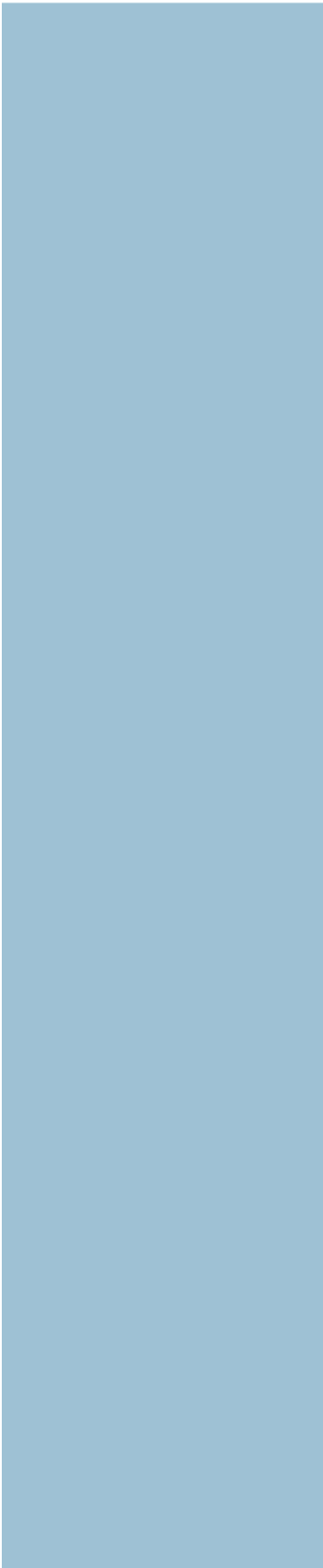




**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO TRIMESTRAL
DA POLÍTICA PÚBLICA DE PROMOÇÃO À CIDADANIA**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FUNAI 2020-2023

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de monitoramento trimestral (outubro, novembro e dezembro) tem como finalidade apresentar o balanço parcial das políticas referentes à participação social e aos processos educativos, dos períodos de outubro, novembro e dezembro de 2021, executadas no domínio regimental da Coordenação Geral de Promoção da Cidadania - CGPC. Para sua elaboração consideramos os princípios da legalidade, da moralidade e da publicidade enquanto orientadores fundamentais da boa administração pública. Sendo assim, este relatório pretende tornar públicas e acessíveis as informações sobre as ações e políticas executadas nesta coordenação à toda sociedade e corroborar com o fortalecimento da cultura de prestação de contas e transparência dos atos administrativos.

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

BRA 13/019 - Cooperação Técnica Funai e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

O BRA 13/019, firmado entre Funai e o PNUD, é um instrumento de cooperação técnica que tem como objeto apoiar a implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Assim, o principal objetivo da política é garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas.

Dentre outras Coordenações Gerais da Funai, a CGPC apresentou 06 propostas de projetos para execução no âmbito do BRA 13/19, mediante a contratação de consultoras(es) especialistas para a entrega dos seguintes produtos: **1)** Manual de Gestão Escolar Indígena; **2)** Manual de Agroecologia, Manejos Tradicionais e Associativismo; **3)** Documento Técnico com diretrizes e orientações para ações educativas para povos de recente contato; **4)** Oficinas Regionais de Educação Profissional e Povos Indígenas: Perspectivas de projetos de formação para interculturalidade e sustentabilidade; **5)** Dossiê com registro de conhecimentos, práticas culturais e produção de metodologia de oficina participativa, sobre mudanças climáticas, gestão ambiental, territorial com ênfase na participação das mulheres indígenas residentes no Bioma Cerrado; e **6)** Dossiê com registro de conhecimentos, práticas culturais e produção de metodologia de oficina participativa, sobre mudanças climáticas, gestão ambiental, territorial com ênfase na participação das mulheres indígenas residentes no Bioma Caatinga.

Acordos de Cooperação Técnica com instituições de ensino

Ensino Superior

Atualmente a CGPC conta com 04 (quatro) Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com instituições de Ensino Superior, que apoiam o acesso de 147 (cento e quarenta e sete) indígenas em cursos de graduação, dos quais 111 (cento e onze) estão matriculados em cursos Interculturais de formação de professores (Licenciatura e Pedagogia Interculturais).

Acordos de Cooperação Técnica vigentes e respectivos compromissos assumidos pela Funai:

i) ACT nº 02/2011 Funai/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS): auxílio financeiro para passagens terrestres para 03 (três) acadêmicos. **Orçamento executado**

de janeiro a dezembro de 2021: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);

ii) ACT nº 02/2015 Funai/Universidade de Brasília (UnB): custeio com passagens aéreas e concessão de auxílio financeiro para custear deslocamentos terrestres e/ou fluviais para 17 (dezesete) acadêmicos. **Orçamento executado de janeiro a dezembro de 2021:** R\$ **39.310,00** (trinta e nove mil trezentos e dez reais), destes R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais) em passagens, e R\$ 4.710,00 (quatro mil setecentos e dez reais) referente à concessão de auxílio, limitada até a publicação das orientações da PFE-Funai quanto à execução dessa Natureza de Despesa.

iii) ACT nº 01/2016 Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS): fornecimento de passes de ônibus urbano para 16 (dezesesseis) acadêmicos. **Orçamento executado de janeiro a dezembro de 2021:** R\$ **2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais e oitenta e seis centavos dois reais);

iv) ACT 012/2020 Funai/Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), que apoia o deslocamento de 111 (cento e onze) acadêmicos indígenas matriculados nos cursos de Licenciatura Intercultural e Pedagogia Intercultural da Faculdade Intercultural Indígena (Faindi/Unemat), de suas comunidades (todas no estado de Mato Grosso) até o local de embarque rodoviário. O trecho do local de embarque até a Faindi/Unemat, localizada no campus de Barra do Bugres-MT, fica sob responsabilidade da Unemat. **Orçamento executado de janeiro a dezembro de 2021:** R\$ **15.579,00** (quinze mil quinhentos e setenta e nove reais) referente à entrega nas comunidades indígenas dos materiais impressos da 7ª Etapa dos cursos interculturais nas comunidades.

Ensino Médio Técnico Intercultural e Educação Profissional

Em continuidade aos diálogos voltados à discussão e implantação de cursos de educação profissional, de diferentes modalidades, com ênfase no ensino médio técnico, a Cope/CGPC vem consolidando as propostas de formalização de parcerias com os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), que visam contribuir na criação de políticas de educação profissional, observando as especificidades dos povos indígenas e seus projetos de autonomia e sustentabilidade, bem como melhorar as condições de acesso de jovens e adultos indígenas à educação profissional.

Acordo de Cooperação Técnica vigente:

i) ACT s/n Funai Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA: apoio à formação de 101 (cento e um) estudantes do povo Parakanã matriculados nos cursos Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Magistério Integrado ao Ensino Médio oferecidos pelo campus Rural de Marabá/IFPA, por meio do fomento de deslocamentos dos estudantes entre aldeias e apoio ao deslocamento dos docentes do IFPA às aldeias, uma vez que os Institutos Federais de educação ainda não contam com linha de fomento para essa natureza de deslocamento. Sem execução orçamentária entre janeiro e setembro de 2021. **Orçamento executado de janeiro a dezembro de 2021:** R\$ **6.026,00** (seis mil e vinte e seis reais), referente ao custo com deslocamento à T.I. Parakanã para, junto ao IFPA, participar da reunião sobre a retomada de aulas em 2022.

Acordos de Cooperação Técnica ainda em elaboração:

i) ACT Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM, aprovado pelos gestores das instituições para publicação ainda em 2021;

ii) ACT Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, em fase de qualificação técnica;

iii) ACT Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, em fase de qualificação técnica;

iv) ACT Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, em fase de qualificação técnica;

v) ACT Funai e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - IFTO, em fase de qualificação técnica.

Instrumentos	Total de Instrumentos	Situação (quantitativo)			Emenda Parlamentar (% valor total)	Valor Total (em execução e concluído)
		Em preparação	Em execução	Concluído		
Convênio (BRA 13/2019)	06	06	0	0	N.S.A	N.S.A*
TED	0	0	0	0	0	0
Contrato - Aquisição Direta (doações)	0	0	0	0	0	0
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio)	0	0	0	0	0	0
Transferência Fundo a Fundo	0	0	0	0	0	0
Acordos de Cooperação	09	04	05	0	0	R\$ 74.116,00
Outros**						
Total	Soma 15	Soma 10	Soma 05	Soma 0	% Total N.S.A.	Soma R\$74.116,00

*N.S.A – Não se aplica

Fonte / Origem	AO	PO	Valor Total	Descentralizado		Empenhado		Liquidado	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento Federal	21BO – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	0003 - Promoção à Cidadania e Educação	R\$ 5.758.051,00	R\$ 1.993.000,00	46%	R\$ 2.129.358,35	36%	R\$ 1.450.703,30	25%
TEDs	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Convênios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Renda Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Fontes*	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total			Soma R\$ 5.758.051,00	Soma R\$ 2.682.048,60	% 46%	Soma R\$ 2.129.358,35	% 36%	Soma R\$ 1.450.703,30	% 25%

* **Valor remanejado da CGPC para CGPDS e CGETNO R\$ 3.580.000,00**

INDICADORES

Após argumentações técnicas e registros em relatórios anteriores da equipe do Segen/Cogen e Seape/Cope, o indicador de 2020 e 2021 foi alterado em novembro de 2021 para *Projetos e Ações Apoiadas*, tendo sido incluídas novas linhas de ação. Com a mudança do indicador, nossa meta passa a ser 120 projetos e ações apoiados no quadriênio de 2020 a 2023, distribuídos em 30 projetos e ações por ano. Contudo, o indicador populacional foi mantido para todo o exercício de 2021 para manutenção do padrão do processo de coleta, apresentação de resultados e aferição de produtos.

SISTEMA DE MONITORAMENTO INTERNO DA POLÍTICA

PRIMEIRO TRIMESTRE - janeiro a março de 2021									
Indicador: Alcançar 15% da população indígena nacional (122.700 indivíduos) com projetos voltados à educação escolar indígena, à valorização e revitalização de línguas, à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária e à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.				Meta Trimestral: Alcançar 3,75% (4.601 indígenas) da população indígena nacional (122.700 indivíduos) com projetos voltados à educação escolar indígena, à valorização e revitalização de línguas, à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária e à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.			Resultado no período: 133 Indígenas. 0,45% dos 3,75% da meta proposta.		
Fórmula de Cálculo	P o l i t i c a	Fonte da Coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.	P o l i t i c a	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Trimestral	sem informação	20.450 Indígenas (2,5% de 10% da população)	30.675 Indígenas (3,75% da população)	sem informação	2.289 Indígenas (11,2 % da meta de 2,5%)	133 Indígenas (0,45% da meta de 3,75%)

SEGUNDO TRIMESTRE - abril a junho de 2021

Indicador: Alcançar 15% da população indígena nacional (122.700 indivíduos) com projetos voltados à educação escolar indígena, à valorização e revitalização de línguas, à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária e à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.

Meta Trimestral: Alcançar 3,75% da população indígena nacional (122.700 indivíduos) com projetos voltados à educação escolar indígena, à valorização e revitalização de línguas, à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária e à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.

Resultado no período: 18 Indígenas.
0,05% dos 3,75% da meta proposta.

Fórmula de Cálculo	P o l a r i d a d e	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	P o s i t i v a	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Trimestral	sem informação	20.450 Indígenas (2,5% de 10% da população)	30.675 Indígenas (3,75% da população)	sem informação	331 Indígenas (1,6% da meta de 2,5%)	18 Indígenas (0,05 % da meta de 3,75%)

TERCEIRO TRIMESTRE - julho a setembro de 2021

Indicador: Alcançar 15% da população indígena nacional (122.700 indivíduos) com projetos voltados à educação escolar indígena, à valorização e revitalização de línguas, à

Meta Trimestral: Alcançar 3,75% da população indígena nacional (122.700 indivíduos) com projetos voltados à educação escolar indígena, à valorização

Resultado no período: 2.180 Indígenas.
7,10% dos 3,75% da meta proposta.

participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária e à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.				e revitalização de línguas, à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária e à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.					
Fórmula de Cálculo	P o l a r i d a d e	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021
	P o s i t i v a	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Trimestral	sem informações	20.450 Indígenas (2,5% de 10% da população)	30.675 Indígenas (3,75% da população)	sem informações	0	2.180 Indígenas (7,10 % da meta de 3,75%)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

QUARTO TRIMESTRE - outubro a dezembro de /2021									
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Indicador: Alcançar 15% da população indígena nacional (122.700 indivíduos) com projetos voltados à educação escolar indígena, à valorização e revitalização de línguas, à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária e à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.				Meta Trimestral: Alcançar 3,75% da população indígena nacional (122.700 indivíduos) com projetos voltados à educação escolar indígena, à valorização e revitalização de línguas, à participação social, à valorização da infância em contexto de convivência comunitária e à valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política.			Resultado no período: 9.426 indivíduos		
Fórmula de Cálculo	P o l a r i d a d e	Fonte da coleta	Periodicidade da coleta	2019	2020	2021	2019	2020	2021

Σ de projetos de educação escolar indígena realizados + Σ de projetos valorização e revitalização de línguas + Σ de projetos de participação social + Σ de projetos de valorização da infância em contexto comunitário + Σ de projetos de valorização das mulheres nos espaços institucionais de representação e decisão política	P o s i t i v a	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Trimestral	sem informações	20.450 Indígenas (2,5% de 10% da população)	30.675 Indígenas (3,75% da população)	sem informações	01 Indígenas (0,005 %da meta de 2,5%)	9.426 Indígenas (30,70%da meta de 3,75%)
---	--------------------------------------	---	------------	-----------------	---	---	-----------------	---	--

PROJETOS ESTRATÉGICOS

I - Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

A celebração de instrumentos de cooperação com instituições de ensino constitui instrumentos fundamentais para a indução e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à educação indígena, uma vez que propõem demonstrar alternativas viáveis para a oferta de educação profissional específica, diferenciada e de qualidade, que atenda os projetos societários dos povos indígenas. O objetivo dos diálogos entre a CGPC e Institutos Federais de Educação é desenvolver projetos pilotos de educação intercultural, com a oferta de cursos específicos que prevêm o envolvimento dos *campi* distribuídos em municípios próximos às comunidades indígenas, a exemplo da experiência exitosa do Projeto Ibaorebu de Formação Integral Munduruku, parceria entre Funai e o campus de Itaituba-PA do IFPA que entre os anos de 2009 e 2016 formou 210 estudantes Munduruku do Médio e Alto Tapajós nos cursos de Ensino Médio Técnico em Agroecologia, Enfermagem e Magistério interculturais.

Nesse sentido, fruto discussões e qualificação técnica da Coordenação de Processos Educativos (Cope/CGPC), a Funai firmou em setembro de 2019 o Acordo de Cooperação Técnica s/nº 2019 Funai/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, que atualmente atende a formação de 101 (cento e um) estudantes do povo Parakanã matriculados nos cursos Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Magistério Integrado ao Ensino Médio, oferecidos pelo campus Rural de Marabá/IFPA.

Além de colaborações técnicas ao longo do processo de concepção e implementação dos cursos, a Funai apoia a promoção da participação dos indígenas nas discussões das propostas e avaliação dos cursos, e viabiliza que os módulos dos cursos sejam realizados nas comunidades indígenas, por meio do apoio ao deslocamento dos docentes do IFPA às aldeias, uma vez que os Institutos Federais de educação ainda não contam com linha de fomento para essa natureza de deslocamento.

No 4º trimestre, em novembro e dezembro de 2021, a Coordenação Regional de Baixo Tocantins participou de visitas técnicas na Terra Indígena Parakanã, para atualização dos diálogos com os estudantes indígenas, a fim de esclarecer dúvidas e traçar planejamento para início das aulas em fevereiro de 2022. As tratativas para a celebração do ACT Funai/IFPA (SEI 1679006) e seu Plano de Trabalho FUNAI E IFPA (SEI 1678997), constam no processo nº 08620.001072/2011-40.

II - Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Em 2001, a Faculdade Intercultural Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso - Faindi/Unemat, localizada no campus de Barra do Bugres, inaugurou o primeiro curso de graduação intercultural, específico e diferenciado para a formação de professores indígenas. Dada a relevância da iniciativa da Faindi/Unemat à educação escolar indígena, no ano de 2002 a Funai firmou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que até o ano de 2015 apoiou a formação de 1.600 (mil e seiscentos) professores indígenas dentre os 30 (trinta) povos do estado de Mato Grosso.

Após o término da vigência do ACT, as instituições mantiveram diálogos no sentido de celebrar nova parceria, considerando a contribuição da Faindi/Unemat à formação de professores indígenas, requisito essencial para a efetivação da oferta de educação escolar de fato específica e diferenciada aos povos indígenas. Assim, fruto dos diálogos anteriores, em dezembro de 2020 a Funai firmou o Acordo de Cooperação Técnica 12/2020 Funai/Unemat (SEI 2469010), que atualmente beneficia diretamente apoia 111 (cento e onze) acadêmicos de 14 (catorze) povos indígenas do estado de Mato Grosso matriculados nos cursos de nível superior de Licenciatura Intercultural e Pedagogia Intercultural.

Considerando a complexidade dos custos de logística no interior de alguns territórios indígenas, a Funai firmou o compromisso de conceder auxílio financeiro às(aos) acadêmicas(os) para complementar o custeio com os deslocamentos de suas comunidades de origem até locais de acesso a transporte rodoviário, cabendo à Unemat providenciar o deslocamento rodoviário até o campus de Barra do Bugres. A nova parceria não se restringe a apoios aos deslocamentos de acadêmicos, no sentido de superar os obstáculos socioeconômicos, mas prevê também o desenvolvimento de trabalhos técnicos conjuntos, a exemplo da formação de professores indígenas para a realização de Diagnósticos da Educação Escolar Indígena.

Em dezembro de 2021, a Faindi/Unemat encaminhou ofício à Funai solicitando informações quanto ao apoio à realização da 9ª Etapa dos cursos interculturais, prevista para o período de janeiro e fevereiro de 2022, a primeira etapa presencial desde março de 2020. Porém, considerando que permanece sem solução a paralisação da concessão do auxílio financeiro aos indígenas, ainda não encontramos soluções alternativas para o cumprimento do ACT 12/2020 - Funai/Unemat.

III - Projeto de Diagnóstico da Educação Escolar Indígena (PDEEI)

O Diagnóstico da Educação Escolar Indígena (PDDEI) promovido pela Funai desde 2015 e tem como objetivo possibilitar a sistematização de informações sobre as escolas indígenas, bem como visa empoderar os professores indígenas no exercício do controle social sobre a educação escolar oferecida em suas comunidades. A proposta metodológica é a de que, a partir da promoção de um espaço de diálogo comunitário, servidores da Funai e professores indígenas preencham o roteiro de Diagnóstico da Educação Escolar Indígena elaborado pela Cope/CGPC, que reúne dados qualitativos (com elementos quantitativos), como subsídios para melhorias na atuação da Funai e das comunidades indígenas junto às instâncias responsáveis pela oferta da EEI.

Considerando que na maioria dos casos a aplicação do diagnóstico refere-se ao atendimento de demandas espontâneas das comunidades, dada a relevância das informações coletadas observou-se a necessidade de desenvolver a implantação do diagnóstico com um

planejamento mais pormenorizado, de forma que ofereça condições mais adequadas para tabulação dos dados, com definição de indicadores e variáveis que possibilitem mensurar a situação da educação escolar nas comunidades indígenas, observando aspectos quantitativos, e mais especificamente os aspectos qualitativos. Para a implementação do novo modelo de roteiro de Diagnóstico da EEI identifica-se a necessidade do desenvolvimento de uma ferramenta de informática que possibilite a parametrização, análise e facilitação gráfica das informações construídas nos encontros. Como alternativa à concretização do projeto, sugere-se realizar gestões internas sobre a possibilidade de desenvolvimento a partir dos recursos de tecnologia da informação com base georreferenciada existente na Funai.

O PDEEI foi detalhado no modelo de Termo de Abertura de Processo (TAP) SEI nº 2729172, do processo 08620.010712/2020-01. A primeira proposta de cronograma para a execução do piloto do projeto abrangia o período de março de 2021 a março de 2022. Porém, nota-se a necessidade de rever o cronograma, considerando que, apesar dos avanços de 2021, ainda falta realizar o processo de discussões técnicas com as Coordenações Regionais para eventuais ajustes e definição de áreas prioritárias.

ANÁLISE DO RESULTADO

A atual crise de pandemia da COVID-19 continuou a incidir no apoio da CGPC à realização da maioria das atividades que envolvem comunidades e/ou representantes indígenas. Contudo, a partir do mês de agosto e a redução das restrições impostas pela pandemia, a CGPC pôde retomar gradualmente alguns apoios às atividades prioritárias como os rituais, reunião de mulheres, reunião de professores, oficinas e processos de diagnósticos da EEI nas comunidades indígenas.

• pontos positivos durante a execução

1. Continuidade dos trabalhos relativos aos diálogos interinstitucionais para o atendimento dos indígenas venezuelanos que se encontram no Brasil, pauta do Governo Brasileiro, por meio da Operação Acolhida (Secretaria de Governo), Ministério da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e da Funai. Neste contexto, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – Acnur, entrou em contato com a Funai com a proposta de parceria cujo objeto principal é a realização de ação de capacitação de gestores das redes de ensino que atendem as crianças e jovens indígenas venezuelanos, de servidores da Funai e da rede SUAS (Sistema Único de Assistência Social) de estados e municípios. Após alinhamento entre técnicos e gestores, a CGPC encaminhou a minuta do Protocolo de Intenções n. 01/2021 FUNAI-ACNUR (SEI 3441062) para a análise da Presidência da Funai;

2. Com a flexibilização das restrições impostas pela pandemia, a CGPC pode retomar gradualmente alguns apoios às atividades prioritárias como os rituais, reunião de mulheres, reunião de professores, oficinas e processos de diagnósticos da EEI nas comunidades indígenas;

3. Realização das 03 Oficinas “*Processos educativos, gestão escolar e políticas de educação para povos indígenas*”, para formação de servidores das Coordenações Regionais e

Coordenações de Frentes de Proteção Etnoambiental:

- a. A primeira oficina foi realizada no período de 18 a 22 de outubro de 2021, com a participação de servidores das Coordenações Regionais Alto Purus, Cuiabá, Juruá, Ji-Paraná, Noroeste do Mato Grosso, Ribeirão Cascalheira, Xavante, Xingu e da Coordenação de Frente de Proteção Etnoambiental Envira;
- b. A segunda oficina foi realizada no período de 08 a 12 de novembro de 2021, com a participação de servidores das Coordenações Regionais Roraima, Manaus, Madeira, Baixo Tocantins, Tapajós, Centro-Leste do Pará, Amapá e Norte do Pará, Kayapó Sul do Pará, Araguaia Tocantins, Maranhão, Vale do Javari e das Coordenações de Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, Awá e Médio Xingu;
- c. A terceira oficina foi realizada no período de 18 a 22 de novembro de 2021, com a participação de servidores das Coordenações Regionais Nordeste I, Nordeste II, João Pessoa, Baixo São Francisco, Sul da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, Litoral Sudeste, Litoral Sul, Interior Sul, Dourados, Campo Grande e Ponta Porã.

4. No âmbito do BRA 13/19 PNUD-Funai, entre novembro e dezembro de 2021 realizamos a última etapa dos processos seletivos (análises de currículos e entrevistas) das(os) candidatas(os) à consultoria especializada para a entrega de 05 de 06 dos produtos propostos pela CGPC, detalhados nos processos: **1)** Manual de Gestão Escolar Indígena (Processo nº 08620.003034/2021-01); **2)** Manual de Agroecologia, Manejos Tradicionais e Associativismo (Processo nº 08620.003034/2021-01); **3)** Documento Técnico com diretrizes e orientações para ações educativas para povos de recente contato (Processo nº 08620.003047/2021-72); **4)** Dossiê com registro de conhecimentos, práticas culturais e produção de metodologia de oficina participativa, sobre mudanças climáticas, gestão ambiental, territorial com ênfase na participação das mulheres indígenas residentes no Bioma Cerrado (Processo nº 08620.002293/2021-15); e **5)** Dossiê com registro de conhecimentos, práticas culturais e produção de metodologia de oficina participativa, sobre mudanças climáticas, gestão ambiental, territorial com ênfase na participação das mulheres indígenas residentes no Bioma Caatinga (Processo nº 08620.002297/2021-95). Até a presente data, resta pendente apenas o processo seletivo para a contratação de especialista para a entrega das *Oficinas Regionais de Educação Profissional e Povos Indígenas: Perspectivas de projetos de formação para interculturalidade e sustentabilidade*.

• pontos negativos durante a execução

1. A concentração da autorização de deslocamentos na Funai/Sede para a execução de agendas das unidades descentralizadas;
2. Permanece sem solução a paralisação da concessão do auxílio financeiro aos indígenas, na execução de ações de competência da CGPC, a partir da constatação da necessidade de regularização da execução orçamentária pela Funai nesse elemento de despesa;
3. Falta de modelo único de formulários padronizados de Plano Anual de Trabalho (PAT) e de Relatório de Atividades Executadas (RAE) para a coleta de dados de interesse da instituição, evitando instrumentos distintos em cada coordenação. A proposta visa estabelecer convergência entre os Relatórios: do Siope, de Gestão, dos RMTs do Planejamento Estratégico

da Funai, do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e do Plano Plurianual (PPA).

4. Dificuldades estruturais enfrentadas pela Funai, em decorrência do número insuficiente de servidores em todas as áreas. Nas Coordenações Regionais o número reduzido de servidores na área meio resulta na falta de contratos para suporte das ações finalísticas. Por sua vez, na área finalística, a demanda das pautas emergenciais da CGPDS sobrecarrega os poucos servidores lotados nos Sediscs;

5. Número reduzido de servidores e dificuldade técnica da Coordenação de Gênero, Assuntos Geracionais e Participação Social – Cogen/CGPC em elaborar e promover processos de formação continuada dos servidores das CRs; falta de protocolos e de roteiros de entrevistas para atendimento às demandas de Direito à Convivência Familiar e Comunitária, de Violência Contra Mulheres e relativas a indígenas em situação de privação de liberdade;

6. Falta de sistematização do fluxo processual entre PFE, DPDS, CGPC e CRs para a participação adequada da Funai nos processos de Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Violência Contra Mulheres e relativos a indígenas em situação de privação de liberdade; e

7. Nota-se a necessidade de que a Coordenação Geral envolva os servidores para que compreendam a importância do conjunto de ferramentas de gestão enquanto instrumentos para a execução da política. Acima de tudo, demonstrar que as atividades finalísticas devem estar alinhadas ao proposto no planejamento da CGPC, assim como a reconhecer que o processo de monitoramento é imprescindível para análise, avaliação, identificação do cumprimento das metas e tomada de decisão qualificada.

• Soluções elaboradas para enfrentar os pontos negativos

1. Elaboração e disponibilização de expedientes e orientações, caso a caso, assim como participação em reuniões com as Coordenações Regionais, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, indígenas, DSEIs no quesito referente à retomada das aulas presenciais, observando a situação epidemiológica local, as especificidades dos povos e a consulta sobre o assunto;

2. Após aprovação das instâncias superiores, em dezembro a CGPC encaminhou para a análise da Presidência da Funai uma minuta de Portaria detalhando as condicionantes para o retorno às aulas presenciais em T.I.s com professores não indígenas, tendo como referência a Portaria nº 419/2020/PRES;

3. Realização das 03 Oficinas “*Processos educativos, gestão escolar e políticas de educação para povos indígenas*”, para formação e aperfeiçoamento de servidores das Coordenações Regionais e Coordenações de Frentes de Proteção Etnoambiental; e

4. Após várias reuniões internas provocadas pela Cogen/CGPC desde 2020, foi elaborada a Informação Técnica SEI 2785756 sobre a sistematização do fluxo processual entre PFE, DPDS, CGPC e CRs, no que tange os temas relacionados ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, à Violência Contra Mulheres e os relativos a indígenas em situação de privação de liberdade. Em outubro de 2021 foi realizada uma reunião inicial entre os atores envolvidos e apresentadas 03 propostas de fluxo.

REGIONALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS

Principais produtos entregues no período de outubro a dezembro de 2021:

Ações voltadas à proteção e promoção da infância em contexto de convivência familiar e comunitária								
Macro Região/ Bioma	UF / Coordenação Regional	Município / Terra Indígena e/ou comunidade	Atividade	Povo(s)	Público-alvo	Número de beneficiários diretos	Data	Custo (R\$)
Nordeste Caatinga	UF: Pernambuco CR: Baixo São Francisco	Município Major Izidoro	Participação em equipe interdisciplinar em processo de guarda	Fulni-ô	Criança	01	Novembro	R\$ 1.445,00
Centro-Oeste Cerrado	UF: Mato Grosso do Sul CR: Campo Grande e Ponta Porã	Município Bela Vista	Acompanhamento as ações de direito à convivência familiar comunitária	Pirakua	Criança	01	Dezembro	R\$ 177,00
RESULTADO								
Macrorregiões: 2 Biomos: 2	UFs: 2 Coordenações Regionais: 3	Municípios: 2 Terra Indígena: -	Povos Indígenas: 2	Adolescentes e Crianças	Beneficiários diretos: 2	Custo da Ação: R\$ 1.622,00		

Participação Social								
Macro Região/ Bioma	UF / Coordenação Regional	Município / Terra Indígena e/ou comunidade	Atividade	Povo(s)	Público-alvo	Número de beneficiários diretos	Data	Custo (R\$)
Norte Amazônia	UF: Amapá CR: Amapá e Norte do Pará	Oiapoque TI: Uaçá	Fomentar a participação social: Reunião Ordinária dos Povos Indígenas do Oiapoque	Maworno	Toda a comunidade	118	Outubro	R\$ 8.379,75
Norte Amazônia	UF: Amazonas CR: Alto Purus	Boca do Acre TI: Camicua	Fomentar a participação social: Audiência Pública na Aldeia Camicua com a presença e apoio dos parceiros governamentais das várias esferas, a fim de traçar um plano de ação integrado de	Apurinã	Toda a comunidade	150	Novembro	R\$ 8.621,60

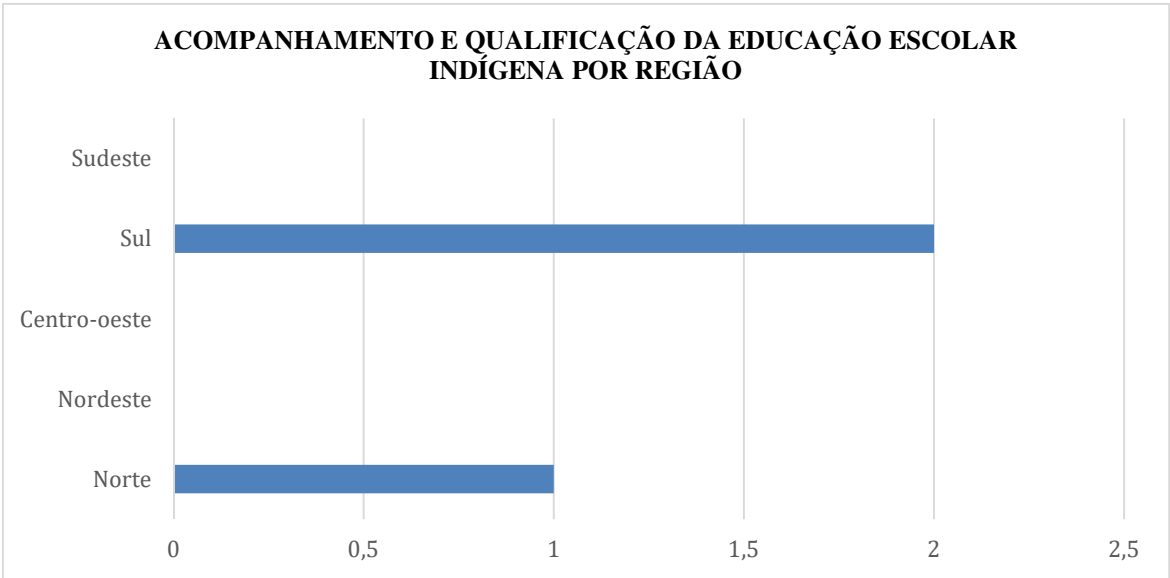
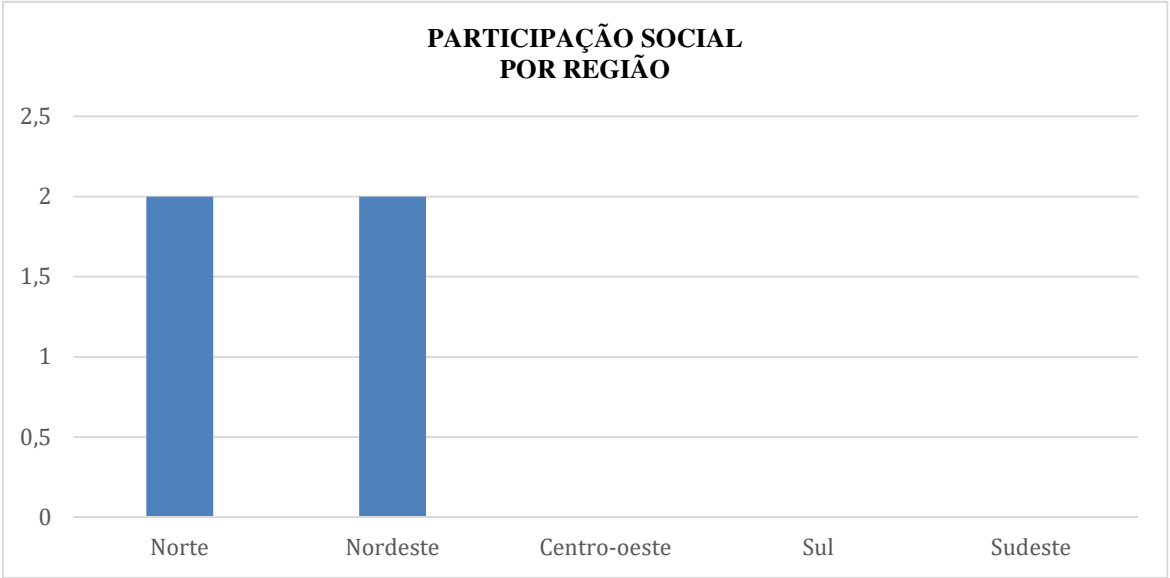
			combate à violência na TI Camicua.					
Nordeste Caatinga	UF: Paraíba CR: JPA	Conde TI: TI Aldeia Vitória, Barra de Gramame e Associação Taquara - Nova Conquista	Fomentar a participação social de mulheres: Reunião com as mulheres tabajara	Tabajara	Mulheres	60	Dezembro	R\$ 17.607,39
Nordeste Caatinga	UF: Alagoas CR: Nordeste II	Macéio TI: Kariri Xocó	Fomentar a participação social de mulheres: Projeto Reinventar	kariri Xocó	Mulheres	05	Dezembro	R\$ 300,90
RESULTADO								
Macrorregiões:2 Biomass: 2	UFs: 4 Coordenações Regionais: 4	Municípios: 4 Terra Indígena: 5	Povos Indígenas: 4	Comunidade e mulheres	Beneficiários diretos: 333	Custo da Ação: 34.909,64		

Acompanhamento e qualificação da Educação Escolar Indígena									
Macro Região/ Bioma	UF / Coordenação Regional	Município / Terra Indígena e/ou comunidade	Processo	Ação/Atividade	Povo(s)	Público-alvo	Número de beneficiários diretos	Data	Custo (R\$) e P.I.
Sul/ Mata Atlântica	Paraná (PR) / CR-GPV e CTL Curitiba	Município de Vitorino-PR,Nova Laranjeiras-PR e Espigão Alto do Iguaçu - PR/ T.I. Rio das Cobras (cód 39001)	00625.017295/2021-49	Subsídio técnico para atuação da PFE-Funai exclusivamente sobre o acesso à EEI que compõe a Sentença - Ação Civil Pública nº 5019589-31.2016.4.04.7000/1 1ª VF DE CURITIBA (TRF4) - IT 182 (H), de 08/10/2021.	01 povo: Kaingang.	Comunidade Kaingang da T.I. Rio das Cobras.	3250 indígenas habitam a TI: Kaingang, Guarani mbyá e Guarani Nandeva.	18/10	n.s.a
Sul/Mata Atlântica	Rio Grande do Sul (RS)/ CR PF	Municípios de Tenente Portela-RS e Redentora-RS/ T. I. Guarita	00618.018586/2021-43	Subsídio técnico para atuação da PFE-Funai. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA Nº 5000042-46.2015.4.04.7127/1ª VF DE PALMEIRA DAS MISSÕES (TRF4). Reforma e ampliação de Escolas Estaduais localizadas	03 povos : Guarani Mbya, Guarani Nandeva e Kaingang	Comunidade escolar da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jete Tenh Ribeiro, com sede no setor KM 10, no Município de	5776 indígenas residem na T.I	20/10	n.s.a.

				na Terra Indígena Guarita		Tenente Portela na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Coronel Geraldino Mineiro.			
Amazônia / Norte	Amapá (AP) / CR-ANP;	Município de Oiapoque-AP / T.I. Uaçá (cód 47601) - povo Karipuna; T.I. Galibi (cód 13301) - povo Galibi do Oiapoque e T.I. Juminã (cód 19701)-	08767.000391/2021-45	Realizar o deslocamento dos estudantes indígenas do Curso Técnico de Enfermagem da Escola Técnica Graziela Reis de Souza, de Macapá/AP até suas comunidades de origem.	02 povos : Karipuna e Galibi do Oiapoque	Jovens e adultos	15 estudantes	de 27 a 30/12	R\$ 4.299,00 - PI 66 APE
Resultado									
Macrorregiões: 02 Biomass: 02	UFs: 03 Coordenações Regionais: 03	Municípios: 06 Terras Indígenas: 05	Povos indígenas: 05	Público alvo: Comunidade escolar	Beneficiários diretos: 9.041	Custo da Ação R\$ 4.299,00			

Valorização e Revitalização de Línguas Indígenas									
Macro Região/ Bioma	UF / Coordenação Regional	Município / Terra Indígena e/ou comunidade	Processo	Ação/Atividade	Povo(s)	Público-alvo	Número de beneficiários diretos	Data	Custo (R\$) e P.I.
Amazônia/Norte	MA/CR MA	Município Amarante do Maranhão/Aldéia Hamy'yete/ T.I. Araribóia (cód.3601)	08763.001126/2021-14	Oficina de produção textual de literatura oral e de gramática descritiva na Língua Tenetehára.	Tenete hára (Guajajara)	Comunidade Tenetehara	50 participantes	de 03 a 17/12	R\$ 40.000,33 - PI 66 APC
RESULTADO									
Macrorregiões: 1 Bioma: 1	UFs: 1 Coordenações Regionais: 1	Municípios: 1 Terra Indígena: 1	Povos Indígenas: 1	Público alvo: Comunidade	Beneficiários diretos: 50	Custo da Ação			

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS RESULTADOS



RISCOS

Matriz de riscos:

Tipo de Risco (1) externo; (2) operacional; (3) legal; (4) financeiro e orçamentário	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Urgência (prazo)	Tendência (probabilidade de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) evitar (eliminar) o risco; (2) mitigar o risco (controle interno e seguros); (3) assumir o risco e contingenciar seus impactos; (4) inação
1	Carência de recursos humanos, em especial nas CRs e CTLs da Funai	Alta	Alta	Alta	Incentivar a realocação e transferência de servidores de Unidades melhor contempladas; Realização de concurso.	2
2 e 4	Risco de não execução das ações pelas CRs devido à aprovação tardia da LOA e por consequência demora na descentralização de recursos pela Sede.	Alta	Baixa	Alta	Realizar gestões para parcerias que permitam recebimento de repasses orçamentários.	2
1	Baixa disponibilidade de recursos orçamentários nas Instituições e Órgãos da educação para ações e projetos específicos para povos indígenas.	Média	Alta	Alta	Realizar gestões e apresentar proposições de criação de programas que atendam as especificidades das línguas indígenas, das demandas de educação profissional e de ações para o acesso e permanência no ensino superior.	2

1	Falta de política de gestão da informação que potencialize ferramentas para análise de dados.	Média	Média	Média	Fazer as gestões necessárias com as áreas da Funai com domínio de tecnologia da informação, buscando potencializar recursos já existentes. Consolidar contatos e articulações com as instituições que produzem informações nesse campo (INEP, MEC/FNDE, Secretarias de Educação, SESU).	2
	Em alguns casos, pouco conhecimento, por parte das unidades descentralizadas da Funai e das Secretarias de Educação municipais e estaduais, sobre os princípios de educação intercultural e diferenciada, dos processos educativos dos povos indígenas, dificultando uma atuação mais propositiva da Funai junto às Secretarias de Educação, às Instituições de Ensino e às comunidades	Média	Alta	Alta	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nesse campo. Promover oficinas de capacitação, incentivar os servidores para o estudo e Incentivar o conhecimento da produção acadêmica e técnica sobre o assunto e disponibilizar estudos e publicações.	2

1	Dificuldades administrativas por falta de contratos com fornecedores, dificuldades logísticas e operacionais nas CRs e CTLS que prejudicam a execução das atividades planejadas	Alta	Urgente	Média	Atender a necessidade de quadro técnico administrativo nas CRs. Investir na capacitação para melhoria da gestão. Aprimorar a comunicação com as Coordenações Regionais e a sede da Funai, em especial a área meio.	3 e 4
2	Baixa priorização da pauta de educação por parte das entidades nacionais de representação indígenas.	Alta	Média	Alta	Sensibilizar sobre o caráter transversal da educação nas políticas e ações destinadas aos povos indígenas	2
1	Dificuldades do responsável legal pelas políticas e financiamento da educação escolar em estabelecer uma coordenação das ações e de monitorar a execução por estados e municípios.	Alta	Média	Alta	Realizar gestões e diálogos, propor uma atuação mais articulada entre Funai e MEC.	2 e 3

2	Falta de fluxo processual entre DPDS, PFE e CRs para a participação adequada nos processos de DCFC, Violência contra a mulher e dos indígenas em situação de privação de liberdade	Alta	Alta	Alta	Propor fluxos adequados que atendam os princípios de eficiência e economicidade.	1
2	Ausência de qualificação dos servidores das CRs, falta de protocolos de atendimentos e roteiros de entrevistas, para atender as demandas DCFC Violência contra mulher e de indígenas em situação de privação de liberdade.	Alta	Alta	Alta	Elaborar um plano de formação e capacitação para servidores que atuam nessas pautas. Promover oficinas de capacitação e grupos de trabalho para elaboração de protocolos e roteiros.	1

ARTEFATO DE CONTROLES IMPLEMENTADOS

A CGPC ainda não implementou artefatos de controle.

Plano de Implementação de Controles

Unidade:

Processo de Trabalho:

Responsável pela Análise:

Data da Análise:

[illegible]

Figura 15 - Plano de Implementação de Controles

CONCLUSÃO

No quarto trimestre, a execução da Política Pública de Promoção da Cidadania ainda sofreu os reflexos da pandemia de COVID-19, mesmo com a flexibilização em agosto que possibilitou a realização de algumas atividades nas comunidades.

Notamos que grande parte da programação que as CRs encaminharam ao longo do exercício teve que ser executada no quarto trimestre, o que gerou sobrecarga e impossibilidade de realização de alguns projetos e ações.

Concluimos que todos os servidores devem se apropriar dos instrumentos de planejamento e de monitoramento da política pública de Promoção à Cidadania, envolvendo a coleta e o registro de dados, que posteriormente serão sistematizados e apresentados na forma de indicadores.

Quanto à atuação da Funai em relação à gestão dos instrumentos de planejamento e monitoramento, concluimos:

- i) pela necessidade de demonstração da convergência entre esses instrumentos, como a Carteira de Projetos, Cadeia de Valores, PPA e Planejamento Estratégico da Funai; e
- ii) pelo estabelecimento de instrumentos únicos e padronizados, como formulário de PAT e de RAE, que contemplem todos os dados de interesse da instituição, evitando instrumentos distintos em cada Coordenação Geral.

Por fim, concluimos que a concentração da autorização de deslocamentos de servidores das unidades descentralizadas pela Funai/Sede (emissão de ITEs) impacta na execução dos projetos e ações vinculados à Política Pública de Promoção à Cidadania que já haviam sido aprovados técnica e financeiramente.

Nossa conclusão se dá pelas queixas que recebemos dos Sediscs de que as atividades devem ser adiadas por conta da necessidade de encaminharem uma solicitação de deslocamento circunscrito à jurisdição de cada unidade Funai, com antecedência mínima de 15 dias. As solicitações são obrigatórias mesmo quando já temos ciência do mês e/ou período do ano que programaram a atividade, dado registrado nos PATs. Ademais, além da nossa análise e manifestação quando da aprovação dos projetos, essas solicitações implicam em um retrabalho técnico, uma vez que temos de providenciar minutas de ITEs e reapresentar as mesmas justificativas técnicas para aprovação superior. Todo esse percurso é necessário para que as Regionais possam executar nas atividades de interesse da CGPC.